



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
CONSELHO NACIONAL DE COMBATE AO SIDA
SECRETARIADO EXECUTIVO

Termos de Referência

Técnico de Gestão do Preservativo

Moçambique é um dos países mais afectados pelo HIV no mundo, com uma prevalência nacional nos adultos dos 15-49 anos de 13.2% (IMASIDA 2015) e cerca de 2.1 milhões de pessoas vivendo com HIV em 2020 (*spectrum 2021*).

O País faz parte de 25 países a nível global seleccionados para fazerem parte do movimento de Coalizão Global da Prevenção do HIV estabelecida em Outubro de 2017 e que visava galvanizar os investimentos na prevenção primária do HIV e acordar um roteiro para alcançar as metas de 2020. A coalizão global definiu a meta de 75% em termos de redução do número de novas infecções até o ano de 2020 tendo como a linha de base o ano de 2010. Esta meta estava muito acima da definida no Plano Estratégico Nacional de Resposta ao HIV e SIDA (PEN) vigente até o ano de 2020 no País não tendo por isso sido atingida.

Entretanto, é consenso geral no País que estas e outras metas existentes no PEN só poderão ser atingidas por Moçambique através de esforços redobrados ao nível da liderança política, sobretudo na sua contribuição e abertura para formas inovadoras de gerir e reagir à epidemia.

Neste âmbito, o Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS) como órgão responsável pela coordenação e liderança da prevenção, com vista a revitalizar a prevenção primária do HIV, adoptando uma abordagem de prevenção combinada, está a implementar a Estratégia Nacional do Preservativo (ENP) com vista a aumentar, não só o conhecimento sobre o preservativo, como também o uso correcto e consistente do mesmo.

Para tal é necessário reforçar a gestão e supervisão do programa do preservativo por forma a focalizar em actividades prioritárias e de valor acrescentado, que irão melhorar a coordenação, aumentar o financiamento para a geração de demanda e fornecer dados para informar os programas, (i) alargando a cobertura das intervenções para mudança social e de comportamento, através de novos financiamentos ou através da integração nas actividades em curso das organizações comunitárias de base (OCB) que já trabalham com populações prioritárias e, (ii) melhorar a disponibilidade do preservativo, reforçando e alargando as cadeias de abastecimento, através de parcerias com a sociedade civil e o marketing social para se alcançar um acesso universal ao preservativo.

É neste contexto que, por formas a responder a uma implementação efectiva da ENP a todos os níveis, o CNCS pretende reforçar as suas capacidades através da contratação de um (01) Técnico de Gestão do Preservativo.

O Técnico de Gestão do Preservativo irá reforçar o quadro de pessoal do CNCS com vista a contribuir para a revitalização da prevenção primária do HIV.

Em termos gerais o Técnico de Gestão do Preservativo vai liderar a equipa de gestão do preservativo no CNCS, coordenar a implementação da estratégia nacional do preservativo (ENP)

Missão: *Coordenar, facilitar, monitorar e avaliar a Resposta Multisectorial de Combate ao HIV e SIDA*

e os documentos a ela inerentes em estreita colaboração com outras unidades do CNCS e parceiros. O Técnico de Gestão do Preservativo reporta ao responsável da Unidade de Planificação, Coordenação, Monitoria e Avaliação.

Principais funções e responsabilidades

Liderança, planificação, monitoria, coordenação e gestão do programa:

- Liderar o programa do preservativo a nível nacional;
- Gerir os membros da equipe de gestão do preservativo do CNCS;
- Servir como ponto focal para assistência externa para o programa do preservativo;
- Representar o CNCS em fóruns nacionais e internacionais sobre assuntos relacionados ao preservativo;
- Liderar o processo multisectorial de elaboração ou actualização da ENP;
- Liderar o processo de elaboração de planos operacionais para a implementação da ENP. Os planos de operacionalização irão incluir as acções prioritárias e o financiamento para a sua implementação, bem como os actores responsáveis pela implementação das acções
- Assegurar a monitoria da implementação da ENP pelos diversos actores a todos os níveis;
- Assegurar que a ENP está enquadrada numa estratégia nacional de prevenção e que são identificadas oportunidades específicas para integrar intervenções transversais e de ligação com programas de tratamento, saúde sexual e reprodutiva (SSR) e prevenção;
- Em coordenação com a Unidade de Gestão de Aquisições (UGEA) negociar e monitorar contratos de terceirização de serviços, quando necessário, para preencher lacunas na capacidade de conceber, implementar e monitorar a ENP;
- Gerir e dinamizar o grupo técnico do preservativo (GTP);
- Promover o envolvimento activo de parceiros dos sectores público, privado, sociedade civil e parceiros bi e multilaterais em questões relativas ao preservativo;
- Apoiar os pontos focais sectoriais e distritais na gestão e dinamização dos programas de preservativos ao nível da província e distritos.

Financiamento:

- Buscar activamente financiamento (externo e interno) para uma programação holística, de modo a abordar fraquezas do mercado tais como criação de demanda, distribuição direccionada, informação de mercado, etc;
- Advocar/assegurar que os doadores que apoiam intervenções na área do preservativo no País estejam a direccionar os investimentos em prioridades delineadas na ENP e em outros documentos a ela relacionados;
- Garantir que as lacunas de financiamento são compreendidas e incorporadas em propostas orçamentais ou abordadas em programas;
- Advocar para uma maior alocação de recursos domésticos para o programa do preservativo e estratégias de abordagem total do mercado (ATM).

Abastecimento e distribuição até ao último beneficiário:

- Apoiar os Conselhos Provinciais de Combate ao SIDA (CPCS), Direcções Provinciais da Saúde (DPS), Conselhos Distritais de Combate ao SIDA (CDCS) e Serviços Distritais da

Saúde Mulher e Acção Social (SDSMAS) para projectarem e implementarem estratégias que permitam realçar o papel do preservativo de distribuição gratuita "*quando e onde*" as populações prioritárias o necessitem e nas quantidades desejadas;

- Garantir, em coordenação com PLM e a CMAM, que o preservativo esteja disponível até ao último beneficiário;
- Identificar e sensibilizar parceiros das organizações não-governamentais (ONG), organizações da sociedade civil (OSC) e sectores público e privado para garantir que no processo de abastecimento e de distribuição do preservativo se alcancem populações prioritárias e áreas rurais;
- Colaborar com o Ministério da Saúde/Central de Medicamentos e Artigos Médicos (MISAU/CMAM) no cálculo de estimativas regulares das necessidades do preservativo e previsão de aquisições para garantir o fornecimento suficiente e em tempo real do preservativo.

Política:

- Identificar os factores que contribuem para a criação de um ambiente favorável para abordagem de questões regulatórias para a garantia da qualidade, etc;
- Advocar para assegurar que as políticas nacionais de recepção, garantia de qualidade e tributação do preservativo sejam uniformes e favoráveis para todos os sectores e não excessivamente inibitivas (dispendiosas, demasiado árduas de seguir);
- Desenvolver e implementar estratégias de advocacia para promover o uso sustentável do preservativo por meio de programas do preservativo e mercados sustentáveis e de alto desempenho;
- Coordenar com o Ministério da Economia e Finanças, MISAU e outras autoridades competentes para garantir que os impostos e tarifas, tais como direitos de importação ou imposto sobre o valor acrescentado (IVA), sobre o preservativo sejam contornáveis (ou seja, sem IVA, sem ou com direitos aduaneiros bonificados).

Demanda:

- Apoiar na concepção e na implementação de estratégias e actividades de criação de demanda baseadas em evidências e focadas no usuário, em linha com a ENP;
- Desenvolver parcerias com ONG, sector privado, OCB e outras OSC para a criação de demanda;
- Desenvolver normas e directrizes para os vários sectores da resposta para orientar as actividades de criação de demanda;
- Coordenar a implementação do plano de comunicação da ENP;
- Advocar para que as políticas facilitem e apoiem a criação de um ambiente favorável para a implementação dos programas que alcançam populações prioritárias, incluindo populações chave (PC), jovens e outras populações em risco;
- Garantir que as estratégias de criação de demanda respeitam a segmentação demográfica, comportamental e outras;
- Assegurar que existem orientações específicas para priorizar os investimentos nas acções que têm como alvo as populações prioritárias.

Qualificações académicas e conhecimentos especializados

- Licenciatura em saúde pública, epidemiologia, ciências sociais e comportamentais, ou diploma universitário em uma área relacionada com experiência profissional relevante na prevenção do HIV ou saúde pública;
- Mínimo 5 anos de experiência em planificação, implementação e gestão de projectos ou programas, a nível nacional;
- Conhecimento e experiência comprovados na planificação, implementação e coordenação de programas de prevenção do HIV desejáveis (incluindo em relação à programação do preservativo ou programação em torno da oferta, demanda e gestão de outros produtos de saúde);
- Conhecimento e experiência demonstrados em gestão baseada em resultados (é uma vantagem);
- Boa capacidade de análise qualitativa e quantitativa de dados programáticos e financeiros e sua interpretação;
- Boa capacidade de comunicação escrita e oral;
- Conhecimento de informática na óptica de utilizador (com ênfase no desenvolvimento e gestão de bases de dados) e ser capaz de comunicar por email e plataformas digitais;
- Ter domínio da língua portuguesa e conhecimento avançado da língua inglesa para trabalho.